

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA JUSTIÇA

Despacho n.º 6505/2010

Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do art. 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, é aprovado o programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso na carreira de Especialista Superior nas áreas de administração financeira e patrimonial, do grupo de pessoal de apoio à investigação criminal do mapa de pessoal da Polícia Judiciária, constante do Anexo ao presente Despacho e do qual faz parte integrante.

05.04.2010. — O Director Nacional da Polícia Judiciária, *Almeida Rodrigues*. — A Directora-Geral da Administração e do Emprego Público, *Carolina Ferra*.

ANEXO

Aprovação do programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso na carreira de especialista superior, nas áreas de administração financeira e patrimonial, do grupo de pessoal de apoio à investigação criminal do mapa de pessoal da Polícia Judiciária.

Especialista superior

1 — Regime Financeiro dos Serviços e Organismos da Administração Pública;

2 — Contabilidade Pública;

3 — Plano Oficial de Contabilidade Pública;

4 — Gestão e Controlo Orçamental;

5 — Sistema Nacional de Compras Públicas;

6 — Contratação Pública de Bens e Serviços;

7 — Gestão Patrimonial;

8 — Gestão de Contratos.

A pormenorização e delimitação dos temas e matérias constarão dos respectivos avisos de abertura do concurso.

203117369

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA CULTURA

Despacho n.º 6506/2010

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 94/2007, de 29 de Março, que aprova a orgânica da Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema, I. P., foi nomeado o respectivo fiscal único, para o triénio de 2007-2009, pelo despacho n.º 20 493/2008, de 29 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 150, de 5 de Agosto de 2008. Tendo cessado, em 31 de Dezembro de 2009, o mandato do fiscal único, mostra-se necessária a nomeação do titular daquele órgão de fiscalização.

Assim, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 94/2007, de 29 de Março, conjugados com a Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pelos Decretos-Leis n.ºs 200/2006, de 25 de Outubro, e 105/2007, de 3 de Abril, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro:

1 — É renovado o mandato do fiscal único da Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema, I. P., Dr. Crisóstomo Aquino de Barros, inscrito na OROC com o n.º 78, com escritório na Rua de João Chagas, 159, 3.º-E, em Linda-a-Velha, para o triénio de 2010-2012, mantendo as condições previstas nos n.ºs 2 e 3 do despacho n.º 20 493/2008, de 29 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 150, de 5 de Agosto de 2008.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Janeiro de 2010.

6 de Abril de 2010. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — A Ministra da Cultura, *Maria Gabriela da Silveira Ferreira Canavilhas*.

203120762

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Instituto de Acção Social das Forças Armadas

Despacho (extracto) n.º 6507/2010

Nos termos conjugados dos artigos 7.º n.º 3, alínea e) e 9.º n.º 2, do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, e nos termos dos artigos 35.º a 39.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, delego no Coronel de Administração Militar 17109282 Mário Jorge Salgado de Almeida, as competências para autorizar a realização de despesas com a locação, aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, necessárias para o funcionamento dos serviços, na qualidade de Director do Centro de Apoio Social do Funchal, bem como proceder à sua contratação até ao limite de 2 500 euros.

O presente despacho produz efeitos desde 21 de Maio de 2009.

Data: 30 de Dezembro de 2009. — Nome: *Francisco António Fialho da Rosa*, Cargo: Presidente do Conselho Directivo, Tenente-General. 203118462

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 6508/2010

Nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 78/2007, de 27 de Março, e da Portaria n.º 1113/2007, de 19 de Dezembro, e por proposta do respectivo director-geral, nomeio para exercer funções como consultora na Direcção-Geral de Administração Interna, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada Rita Brasil de Brito, técnica superior principal do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — a quem respeita a nota biográfica anexa ao presente despacho —, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2010.

5 de Abril de 2010. — O Ministro da Administração Interna, *Rui Carlos Pereira*.

Curriculum vitae

I. Identificação pessoal:

Nome: Rita Brasil de Brito;

Data de nascimento: 10 de Agosto de 1971;

Nacionalidade: portuguesa.

II. Habilitações literárias:

1995 — licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

1998 — pós-graduação em Estudos Europeus (dominante jurídica) ministrada pelo Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa.

III. Conhecimentos de línguas estrangeiras:

Inglês — *Certificate of Proficiency in English* da Universidade de Cambridge;

Francês — *Diplôme Supérieur d'Etudes Françaises Modernes de l'Alliance Française de Paris (tronc commun)*;

Alemão — *Grundstufe 4 (G4)* do Goethe Institut de Lisboa;

Cantonense — Frequência do curso de Cantonense para Juristas organizado pelos Serviços de Administração Pública do Governo da Região Administrativa Especial de Macau.

IV. Experiência profissional:

2010 — jurista no Departamento de Assuntos Jurídicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

2009 — nomeada técnica superior principal do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

2007 (Maio) a 2009 (Dezembro) — directora-geral da Política de Justiça, por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro da Justiça (despacho n.º 11 530/2007, de 16 de Maio);

2005 (Novembro) a 2007 (Maio) — directora do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro da Justiça (despacho conjunto n.º 1032/2005, de 16 de Novembro);

2005 (Maio a Setembro) — chefia funcional no Departamento de Produção Jurídica da Direcção de Serviços de Assuntos de Justiça do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (República Popular da China);

2005 — nomeada técnica superior de 1.ª classe do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

2002 (Novembro) a 2005 (Maio) — técnica superior assessora no Departamento de Produção Jurídica da Direcção de Serviços de Assuntos de Justiça do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (República Popular da China);

2000 (Outubro) a 2002 (Outubro) — directora-adjunta do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça com funções de substituição do director nas suas ausências e impedimentos. Vogal suplente do Conselho Superior de Estatística. Presidente do júri do concurso internacional para a reformulação do sistema de informação das Estatísticas da Justiça;

2000 — nomeada, em 6 de Junho de 2000, em regime de substituição, chefe da Divisão de Migrações da Direcção de Serviços de Migrações e Apoio Social, Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, Ministério dos Negócios Estrangeiros;

1999 — nomeada técnica superior de 2.ª classe do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

1996 a 1998 — jurista na Direcção de Serviços de Migrações e Apoio Social da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas — Ministério dos Negócios Estrangeiros;

1995 (Abril) — inscrição como advogada estagiária na Ordem dos Advogados — Conselho Distrital de Lisboa (inscrição actualmente suspensa).

V. Outros cargos/funções de interesse público:

Em Janeiro de 2006 foi nomeada vogal no Conselho Superior de Estatística, em representação do Ministério da Justiça, mediante despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro da Presidência (despacho conjunto n.º 89/2006, de 12 de Janeiro);

De Janeiro de 2006 a 28 de Agosto de 2008, exerceu funções como presidente na Secção do Segredo Estatístico do Conselho Superior de Estatística;

De 6 de Junho de 2007 a Dezembro de 2009, integrou a Comissão Paritária criada pela Concordata celebrada entre a República Portuguesa e a Santa Sé, tendo sido nomeada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2007, de 6 de Junho;

De 15 de Fevereiro de 2008 a Dezembro de 2009, que, por despacho do Ministro da Justiça, representou o Ministério da Justiça no Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços (previsto no artigo 28.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro);

Em 15 de Fevereiro de 2008, foi designada por despacho do Ministro da Justiça, representante do Ministério da Justiça na Comissão Consultiva do Programa Escola Segura;

De 31 de Março a Dezembro de 2009 que, por despacho do Ministro da Justiça, assegurou a representação do Ministério da Justiça como vogal na Comissão para a Eficácia das Execuções (prevista no artigo 69.º-D do Decreto-Lei n.º 226/2008, de 20 de Novembro).

203119483

Despacho n.º 6509/2010

Nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 78/2007, de 27 de Março, e da Portaria n.º 1113/2007, de 19 de Dezembro, e por proposta do respectivo director-geral, nomeio para exercer funções como consultor na Direcção-Geral de Administração Interna, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, o licenciado Carlos António Gomes Fogaça — a quem respeita a nota biográfica anexa ao presente despacho —, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2010.

6 de Abril de 2010. — O Ministro da Administração Interna, *Rui Carlos Pereira*.

Curriculum vitae

I. Identificação pessoal:

Nome: Carlos António Gomes Fogaça;
Data de nascimento: 21 de Fevereiro de 1960;
Nacionalidade: portuguesa.

II. Habilitações literárias:

Licenciatura em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

III. Experiência Profissional:

2009 — integrou o grupo de trabalho que traduziu e adaptou à realidade portuguesa o Manual de Diagnósticos de Locais de Segurança (Guidance on Local Safety Audits. A Compendium of International Practice) para a Direcção-Geral da Administração Interna. E coordenou a edição da Colectânea bilingue de Textos sobre o Crime de Tráfico de Seres Humanos para o Observatório de Tráfico de Seres Humanos;

2006-2009 — desempenhou funções de consultor sénior para projectos especiais, em empresa privada, desenvolvendo trabalhos no âmbito da criatividade e inovação organizacional;

1996-2006 — fundou e geriu diversas empresas de comunicação e multimédia, desenvolvendo conceitos para televisão, rádio, cinema e imprensa, e produzindo audiovisual para televisão e produção cinematográfica;

1989-2000 — foi funcionário da RDP — Radiodifusão Portuguesa, S. A., onde desempenhou funções de director do Centro de Formação (1989/1994), coordenador no Departamento de Estudos de Audiência (1995/1996), e de responsável da valência Marketing (1996/00).

1997-1998 — desempenhou funções de adjunto do Ministro da Administração Interna;

1990-1995 — foi professor no IADE — Instituto de Artes Visuais e Design, Marketing, nas licenciaturas de Marketing e Publicidade, na cadeira de Sociologia;

1987-1989 — desempenhou funções de director executivo de empresa de consultoria, onde também desenvolveu diversos projectos como executivo principal.

203119572

Gabinete da Secretária de Estado da Administração Interna

Despacho n.º 6510/2010

No uso da faculdade que me foi conferida pelo despacho do Ministro da Administração Interna n.º 1717/2010, de 15 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 17, de 26 de Janeiro de 2010, e nos termos dos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego no coordenador de equipas da Unidade de Tecnologias de Informação e Segurança (UTIS), engenheiro Carlos Manuel Teles Ferreira Gonçalves, com a faculdade de subdelegar, a competência para a prática dos seguintes actos:

a) Conferir posse aos chefes de equipas multidisciplinares, nos termos previstos no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 121/2009, de 21 de Maio;

b) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário, bem como em circunstâncias excepcionais e delimitadas no tempo, trabalho excepcional que ultrapasse as 100 horas por ano, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 161.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro;

c) Nos termos e ao abrigo da legislação em vigor, conceder licenças sem vencimento por um ano e licenças sem vencimento de longa duração e a sua renovação, bem como autorizar o regresso à actividade;

d) Autorizar a inscrição e a participação de funcionários, agentes e outros colaboradores da UTIS em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que ocorram no estrangeiro.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura, ficando ratificados todos os actos praticados pelo coordenador de equipas da UTIS que se enquadrem nos poderes ora conferidos, desde a data da respectiva posse.

1 de Abril de 2010. — A Secretária de Estado da Administração Interna, *Maria Dalila Correia Araújo Teixeira*.

203117174

Governo Civil de Vila Real

Despacho n.º 6511/2010

Por meu despacho de 30 de Março de 2010, e com efeitos a partir de 1 de Abril de 2010, a trabalhadora do Mapa de Pessoal do Governo Civil de Vila Real, Maria Alice Alves Brites, da Carreira de Assistente Operacional passa, pelo prazo de um ano, por mobilidade interna — intercarreiras, a exercer funções da Carreira de Assistente Técnico, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 59.º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com a remuneração correspondente